

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº /2023
(Do Senhor Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de audiência pública para discutir sobre as vacinas incineradas que faziam parte da doação de 2,18 milhões de doses da vacina da AstraZeneca, que o Brasil recebeu dos Estados Unidos no dia 21 de novembro de 2021 e não foram distribuídas para os Estados e Municípios.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, requero que no âmbito da COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE), seja realizada audiência pública, em data a ser oportunamente definida, para discutir sobre as vacinas incineradas que faziam parte da doação de 2,18 milhões de doses da vacina da AstraZeneca, que o Brasil recebeu dos Estados Unidos no dia 21 de novembro de 2021 e não foram distribuídas para os Estados e Municípios.

De tal modo solicitamos aos nobres pares a inclusão dos convidados que se seguem:

- Dra. Ethel Maciel - Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA - Ministério da Saúde), Doutora em Epidemiologia, Pesquisadora e Enfermeira;
- Sr. Jhonatan Pereira de Jesus – Ministro do TCU;
- Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira - Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Sr. Fernando Zasso Pigatto – Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo, solicitar a este colegiado, a realização de audiência pública, para discutir sobre as vacinas incineradas que faziam parte da doação de 2,18 milhões de doses da AstraZeneca, que o Brasil recebeu dos Estados Unidos no dia 21 de novembro de 2021 e não foram distribuídas para os Estados e Municípios.

No dia 01 de março deste ano, o Tribunal de Contas da União realizou uma auditoria, onde foi constatado que 1,9 milhões de doses da vacina AstraZeneca destinada ao tratamento da Covid-19 foram incineradas pelo Ministério da Saúde devido a não distribuição dessas doses antes do prazo final da validade.

O Estado Brasileiro ao recebê-las tinha ciência de que o prazo de validade das doses da vacina era exíguo (inferior a três meses) e não haveria tempo hábil para que ocorresse a distribuição das vacinas e mesmo assim arcou com os custos de importação dessas doses.

Não houve nenhuma elaboração de estratégias para que o desperdício fosse evitado, além da propagação de notícias falsas pelo Ex-presidente Jair Bolsonaro, sobre a efetividade da vacina e a indicação à população de medicamentos comprovadamente ineficazes para tratamento da COVID-19.

Diante do presente cenário faz-se necessário que haja esclarecimentos para toda população brasileira, que por vezes clamou por doses da vacina em seus estados, e é por essa razão que solicito esta audiência pública a fim de que haja transparência das investigações realizadas pelo Tribunal de contas da União e dos dados que foram fornecidos durante a transição de governos.

Diante ao exposto solicito apoio dos nobres pares ao presente requerimento.

Sala das Comissões, 31 de março de 2023.

Deputado Dorinaldo Malafaia
PDT/AP

